

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.
PARECER INICIAL. PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 002/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
001/2026. FUNDO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE BREJO DA MADRE DE
DEUS/PE. OBSERVÂNCIA DA LEI Nº
14.133/2021. LEGALIDADE DO EDITAL
E SEUS ANEXOS.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/21, por meio da qual se requer a análise da legalidade da abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026, sob o regime de execução do contrato de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento menor preço global, cujo o objeto é a “contratação de empresa especializada para construção do refeitório da Escola Municipal Pereira da Costa localizada no distrito de Mandaçaia – Brejo da Madre de Deus/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.”

Nessa esteira, os autos da Concorrência nº 001/2026 foram submetidos à análise desta assessoria jurídica, a fim de que fosse verificada a legalidade dos atos da fase interna do procedimento licitatório.

É, em abrupta síntese, o que importa relatar.

Passo a fundamentar, para, ao final, opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

Registre-se, de pórtico, que o presente parecer tem por objeto analisar a fase preparatória do procedimento licitatório, visando verificar os

aspectos jurídicos da minuta elaborada, em conformidade com o que preceitua o art. 53 da Lei nº 14.133/21.

Ademais, cumpre salientar que essa Assessoria emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência/oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública, nem analisar aspectos de natureza eminentemente administrativas, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto à decisão do gestor municipal.

Pois bem. A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI. O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço/fornecedores do objeto pretendido.

Em face do regramento constitucional, em 2021, foi editada a Lei Nacional nº 14.133/2021, que instituiu normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, em substituição a antiga Lei nº 8.666/93. De acordo com o art. 17 da nova legislação de regência da matéria, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (IV) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

No caso dos autos, em razão do andamento dos atos praticados até o presente momento, somente é possível realizar uma análise dos elementos registrados na fase inicial do procedimento licitatório. Por consequência, torna-se fundamental atentar para o teor do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que inaugura o capítulo referente à fase preparatória da licitação, *in verbis*:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas,

mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa

das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando os documentos que instruem os autos do processo licitatório, verifica-se o atendimento ao disposto no dispositivo legal anteriormente mencionado, uma vez que se encontram juntados, dentre outros, o Estudo Técnico Preliminar, contendo a descrição da necessidade da contratação; o Termo de Referência, com as condições gerais da contratação, requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e pagamento, forma e critérios de seleção e regime de execução, exigências de habilitação, estimativas do valor da contratação e adequação orçamentária e o Projeto de Engenharia (Projeto Básico), acompanhado da memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composições de custos unitários complementares, composição analítica do BDI, documentos que compõem o custo estimativo da contratação, declaração de conformidade e parecer de análise técnica.

Ademais, verifica-se a minuta de edital, que conta com sete anexos (Termo de Referência, Projeto Básico (Projeto de Engenharia), Gerenciamento de Risco, Minuta do Contrato, Modelo de Declaração Conjunta, Modelo de Declaração de Conhecimento do Local e as Condições de Realização da Obra e Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI), e contempla o objeto, condições de participação na licitação, apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, preenchimento da proposta, abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances, fase de julgamento, fase de habilitação, recursos, reajuste contratual, infrações administrativas e sanções, impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento, recursos orçamentários e do valor estimado da contratação e das disposições gerais, em conformidade com o art. 25 da lei disciplinadora do tema.

Ainda no que concerne ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, extrai-se do item 2 do Estudo Técnico Preliminar que não há previsão da presente contratação no Plano de Contratações Anual (PCA)

referente ao exercício de 2026, uma vez que o referido instrumento encontra-se em fase de elaboração.

No que se refere à descrição da necessidade da contratação, conforme item 1 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), verifica-se que a Escola Municipal Pereira da Costa, localizada no Distrito de Mandaçaia, necessita de adequações em sua infraestrutura física, especialmente no que concerne aos espaços destinados à alimentação dos alunos. Atualmente, a unidade escolar não dispõe de ambiente apropriado para a realização das refeições, circunstância que compromete o conforto, a organização e as condições adequadas de higiene durante esse momento essencial da rotina escolar.

Consta, ainda, no Estudo Técnico Preliminar, que, diante dessa demanda, a Prefeitura de Brejo da Madre de Deus propôs a construção de um refeitório no espaço disponível da unidade escolar, contemplando ambiente adequado para a realização das refeições, bem como a implantação de novos banheiros masculino e feminino, devidamente acessíveis, em conformidade com as normas vigentes de acessibilidade. O projeto também prevê a execução de áreas de apoio, tais como depósito e demais instalações necessárias, indispensáveis ao pleno funcionamento do refeitório.

Em relação à modalidade de licitação, a contratação que se pretende realizar, não se enquadra em nenhuma hipótese excepcional, de forma que se deve aplicar a regra de licitar. Assim, referente às modalidades, dispõe a Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Art. 28 São modalidades de licitação:

II -concorrência;

(...)

Art. 29 A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (grifos nossos).

Deste modo, da análise destes dispositivos é possível constatar que para a contratação do que se pretende, a concorrência é a modalidade de licitação adequada, que poderá ter como critério de julgamento menor preço ou oferta e/ou de caráter mais vantajoso no que se refere aos aspectos de preço e qualidade.

Ainda, com respaldo na própria Lei de Licitações, artigo 17, aplica-se o procedimento comum para pregão:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

§ 1º A fase referida no inciso V do **caput** deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do **caput** deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão

pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

O edital em análise determina a sequência do procedimento conforme disposto no referido artigo 17, sem a inversão de fases, ou seja, seguirá a regra.

No que tange ao prazo de publicação do edital, designa o Novo Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos que:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

Assim, o certame licitatório deverá observar o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a publicação e o recebimento das propostas.

No que diz respeito aos valores estimados, verifica-se, que a documentação de custos constante no Projeto de Engenharia, que compõem o orçamento foi elaborado sob a responsabilidade do engenheiro civil Felipe Juvenal Batista Pereira, inscrito no CREA/PE nº 182086445-6, conforme se extrai do parecer de análise técnica acostado aos autos.

O levantamento de preços teve como fontes oficiais os sistemas SINAPI (09/2025), ORSE (09/2025), bem como composições próprias, resultando no valor total estimado de R\$ 486.420,65 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) para os itens a serem contratados.

A essa altura, há de ser dito, embora esteja sob o manto da obviedade, que esta assessoria não tem *expertise* para analisar os valores que foram obtidos, limitando-se sua atuação à verificação da regularidade formal e documental do procedimento. Nesse sentido, constatada a existência de

planilha orçamentária e demais documentos técnicos de custo, recomenda-se que tais peças sejam devidamente assinadas pelo responsável técnico pela sua elaboração, como medida de reforço à segurança jurídica e à transparência do processo.

Assim sendo ressaltado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da análise desta assessoria, diante da documentação acostada, visualiza-se que encontram-se cumpridos os requisitos legais exigidos ao presente edital.

Posto isto, a presente manifestação não se vinculou aos aspectos técnicos envolvidos no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados foram avaliados, verificando se seus conteúdos são verossímeis, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, estando configurada a regularidade do procedimento adotado, com esteio na legislação vigente, **RECOMENDO** que se atente ao que foi disposto alhures, de maneira especial, que se respeite o intervalo mínimo para realização do certame e, por consequência, **OPINO PELA APROVAÇÃO DO EDITAL.**

É, S.M.J., o Parecer, que submeto à análise superior.

Brejo da Madre de Deus/PE, 03 de fevereiro de 2026.

JULIO TIAGO DE C. RODRIGUES
OAB/PE 23.610